

10 OUT 1998

O governo está mobilizado para um grande esforço de adequação do perfil institucional do país às demandas de uma nova ordem internacional. A missão não constitui exatamente uma novidade, pois realizá-la tem sido, filosoficamente falando, a grande meta dos últimos quatro anos. A necessidade de realizar um intenso programa de ajuste fiscal se manifestará em diversas medidas, envolvendo a todos os ministérios e membros do governo. O Ministério da Administração está consciente do papel que tem a cumprir nesse esforço que, num sentido mais amplo, é de toda a sociedade brasileira.

Antes de tratar especificamente das iniciativas do ministério, é interessante recuar alguns anos no tempo e lembrar de um trabalho apresentado anos atrás, mais exatamente em 1971, pelo então sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Já naquele momento, o presidente alertava para o que supunha constituir o maior desafio da década recém-iniciada – “evitar que, em nome do desenvolvimento, se termine por construir em alguns dos países-chave da América Latina uma sociedade apática controlada por regimes burocráticos e repressivos”. A análise a que se dedicou então o presidente era bastante ampla e não caberia no espaço de um artigo de jornal, mas o fato é que seus temores se concretizaram para infelicidade particular do Brasil. E, dentre os danos causados por esse regime burocrático-repressivo, está

de fato o baixíssimo índice de participação popular no país, responsável entre outras coisas pela má qualidade dos serviços prestados pelo Estado.

Foi esse o espólio com que teve de se deparar o atual governo ao iniciar a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado. Desde cedo, ficou claro que seria necessária uma revolução cotidiana, voltada para a transformação não apenas de mecanismos e processos mas também de cabeças e mentalidades. E a verdade é que nunca se fez tanto em tão pouco tempo. O atual governo tem criado novas carreiras, equiparado salários defasados em relação ao que pratica o mercado, promovido novos concursos públicos e realizado mais treinamentos do que jamais se viu. Ou seja, tornou-se possível a “profissionalização” da administração pública.

E entenda-se por profissionalização ter o desempenho como parâmetro e o mérito como única medida. Flexibilizar a estabilidade é parte disso. É valorizar os mais capazes, diferenciando-os dos menos competentes. É remunerá-los melhor. É permitir que se aprimorem. É dar-lhes a chance de ser respeitados pela sociedade. É acabar com a apatia, a mesma antevista pelo presidente há 27 anos, que acometeu também ao servidor.

Felizmente, tudo isso começa a mudar. É um processo que atinge agora um grande marco, com o encaminhamento pelo Ministério da Administração da proposta de regulamentação de um artigo que refere-se à concessão de prêmios

Economia - Brasil

de produtividade a funcionários públicos que tenham contribuído com o corte geral de despesas ou com o aumento de produtividade de cada órgão. Com ela, numa única medida o governo contempla duas frentes: estimula a redução de custos e premia, pela primeira vez, o desempenho do servidor público. É mais uma grande conquista da reforma administrativa.

A reforma também estará propiciando a 17 estados reduzir significativamente seus custos com pessoal, numa economia de cerca de R\$ 7 bilhões para os cofres públicos, além de permitir que um funcionário com mau desempenho seja afastado. Tudo isso é relevante e tem um impacto importante. Mas essas duas medidas, que costumam absorver todo o foco da mídia, são apenas parte de um processo mais amplo de reestruturação e profissionalização do serviço público. É como se a reforma administrativa fossem duas. Uma cotidiana, que vem sendo implementada desde que o ministro Bresser Pereira implantou o Plano Diretor da Reforma do Estado. Outra mais conhecida, que estará agora novamente nas mãos do Congresso Nacional. Isso quer dizer que o desafio a que fazia referência o sociólogo Fernando Henrique, no já longínquo e quase insondável ano de 1971, começa finalmente a ser vencido. E, por obra e graça do destino, pelo governo do presidente Fernando Henrique.